



SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Conselho Fiscal

Rua Boa Vista, 236, 8º andar - meio - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: - www.sptrans.com.br

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL
Ata nº CF 012/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
da São Paulo Transporte S/A, realizada em
15 de dezembro de 2025.

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, em sessão realizada por videoconferência, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei de Responsabilidade das Estatais, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais subscrevem esta ata.

Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: o Sr. Enzo Lucio Ondeí, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Membro do Conselho Fiscal; e a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio, Membro do Conselho Fiscal.

Visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião: o Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli, Diretor de Administração e de Infraestrutura; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; a Dra. Daniela Attab Del Nero; Assessora Técnica do Diretor-Presidente; o Sr. Cláudio Roberto Rodrigues, Gerente Contábil - (Interino); o Sr. Sebastião Pereira Ramos, Representante da Gerência de Auditoria Interna; a Sra. Suzi Meire Cavalcante de Andrade, Representante da Gerência de Auditoria Interna; e o Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho, Representante do Secretariado de Governança do Conselho Fiscal e responsável pela lavratura da presente Ata.

Abertura da Reunião, Verificação do Quórum e Considerações Preliminares

Com o aval do **Sr. Enzo Lucio Ondeí**, Presidente do Conselho Fiscal, o **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**, Representante do Secretariado de Governança do Conselho Fiscal, declarou aberta a décima segunda reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de 2025, informando que esta seria gravada para a composição da ata

e excluída dos arquivos da DP/GAU após a sua utilização. Verificado o quórum necessário, a reunião foi iniciada e o **Sr. Enzo Lucio Ondeí** indagou sobre o item "Cumprimento do Plano de Metas" previsto no Plano de Trabalho. O **Sr. Antonio Filho** justificou que, em alinhamento com o **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli**, a apresentação do tema foi postergada para o mês de janeiro de 2026, comprometendo-se a registrar formalmente a justificativa do reagendamento. Assim, os participantes prosseguiram para a apresentação dos itens da pauta:

1. Apresentação da Dra. Daniela Attab Del Nero, Assessora Técnica do Diretor-Presidente

Apresentação e Resolução de Suplências: A **Dra. Daniela Attab Del Nero** tomou a palavra para se apresentar formalmente ao Conselho Fiscal. Ela informou que sua função seria atuar como interlocutora direta entre o Conselho e a Presidência da SPTrans e garantiu que já estava dando andamento às providências legais para a regularização dos membros suplentes do conselho, sanando uma demanda antiga. O **Sr. Enzo Lucio Ondeí** agradeceu pelas providências.

2. Exame do Balancete Referente ao Mês de Outubro de 2025

Apresentação Contábil e Inconsistências Matemáticas Apontadas: O **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues** apresentou o balancete e afirmou não ter detectado grandes variações em relação aos meses anteriores. Contudo, o **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** apontou inconsistências matemáticas nos percentuais de variação do quadro-resumo da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Exemplificou que a rubrica "Custos dos Serviços Prestados" aumentou de **R\$ 256 milhões** para o patamar de **R\$ 295 milhões** a **R\$ 296 milhões**, o que representaria um incremento de 15%, mas a tabela exibia uma variação percentual negativa. Da mesma forma, apontou erro na linha de "Receita", que caiu de **R\$ 113 milhões** para **R\$ 52 milhões**, apresentando também uma fórmula incorreta. O **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues** admitiu que o quadro-resumo inicial ainda estava com a lógica de fórmulas antiga e comprometeu-se a revisar e corrigir o material.

Aumento Expressivo do Passivo Contingente: O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** questionou um incremento substancial no quadro do Passivo. Notou que a provisão para o Passivo Contingente saltou em **R\$ 74 milhões** de um ano para o outro (variando de **R\$ 411 milhões** para **R\$ 485 milhões**), o que justificou quase a totalidade do aumento do Passivo Total da companhia (que subiu de **R\$ 780 milhões** para **R\$ 850 milhões**). Requereu um detalhamento das ações judiciais que motivaram essa provisão. O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** interveio informando que o Departamento Jurídico solicitou dilação de prazo e se comprometeu a apresentar o relatório detalhado de Passivos Contingentes entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026. E, por fim, o **Sr. Enzo Lucio Ondeí** acrescentou que quando da apresentação do corpo jurídico da SPTrans, haveria o acordo com o CF para a definição da periodicidade da apresentação dos dados (possivelmente, semestral).

Conciliação de Investimentos (Fluxo de Caixa x Balanço Patrimonial): O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** lembrou um questionamento feito na reunião do mês anterior sobre como o montante de **R\$ 242 milhões** em investimentos, demonstrado no fluxo de caixa, estava sendo refletido e ativado no Ativo Permanente do Balanço Patrimonial. O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**

informou que a resposta técnica completa foi encaminhada pelo setor contábil diretamente aos e-mails dos conselheiros no dia 25 de novembro de 2025, às 11h23. O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** confirmou o recebimento.

3. Análise do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira (novembro/2025)

Reagendamento do Item: O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** informou que a apresentação deste relatório foi reagendada para o mês de janeiro de 2026 devido à antecipação excepcional da data da reunião de dezembro, não havendo tempo hábil para o fechamento contábil.

4. Ciência do Relatório de Acompanhamento do CDI (Compromisso de Desempenho Institucional)

Ratificação de Apreciação Prévia: O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** informou que este item constava na pauta apenas por uma questão de formalidade, mas que já havia sido devidamente apresentado e apreciado pelos conselheiros na reunião do mês de outubro.

5. Ciência do Plano Tático da SPTrans na reunião do mês de dezembro

Avaliação do Conselho de Administração (ConsAd): O **Sr. Enzo Lucio Ondei** ponderou que o Conselho Fiscal não possui o rigor técnico operacional para avaliar criticamente o Plano Tático, mas abriu espaço para comentários. O **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** relatou que o tema foi amplamente debatido na reunião do ConsAd e do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), o qual emitiu manifestação pedindo maior esforço para as metas não atingidas neste ano, visando seu cumprimento para o próximo exercício.

6. Acompanhamento Mensal

6.1. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva (nº 37 a 40/2025) Transferência do Contrato da UPBus para a Alfa Rodobus (Ata 37): O **Sr. Enzo Lucio Ondei** e o **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** expressaram preocupação com a continuidade do serviço e a viabilidade econômica da transferência do contrato da concessionária UPBus (sob intervenção) para a empresa Alfa Rodobus. O **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** explicou que a Alfa Rodobus assumiu o passivo administrativo e tributário (dívidas com a Receita Federal), mas que o processo criminal (envolvendo 32 pessoas e ex-sócios) permanece exclusivamente com as pessoas físicas da Upbus (situação diferente da Transwólf, que se tornou uma Sociedade Anônima). Explicou que a viabilidade para os 9 anos restantes de contrato baseia-se na revisão tarifária quinquenal e no reperfilamento da dívida com a Receita.

Multas por Atraso de 13º Salário e Revisão Quinquenal: O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** questionou se as empresas seriam punidas pelo evento de paralisação (falta de pagamento do 13º salário). O **Sr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** confirmou que todas as empresas infratoras foram notificadas e multadas por descumprimento de obrigação laboral. Explicou ainda que o gatilho econômico do sistema, outrora "quadrienal", passou a ser "quinquenal", consistindo em um reequilíbrio econômico ordinário dos contratos de concessão. Por fim, encerrou

esclarecendo que caso não houvesse o pagamento do 13º salário, já havia a autorização do Prefeito para o início do Processo de Caducidade contra as empresas.

Multa Aplicada à NotreDame Intermédica (Ata 39): O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** questionou o valor e o fundamento da multa aplicada à operadora do plano de saúde. O **Sr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** revelou que a SPTrans aplicou uma multa coercitiva inicial no valor de **R\$ 25 milhões**. Após o choque de gestão, a operadora melhorou substancialmente os índices de atendimento em meio à transição e fusão com a Hapvida. Em sede de recurso administrativo e mediante a comprovação da melhora, a penalidade foi mitigada e consolidada no valor de aproximadamente **R\$ 680 mil**. Relatou que a SPTrans acumulou cerca de 280 reclamações em um único mês e que, após a aplicação desta pesada sanção pecuniária, as reclamações caíram para níveis normais (30 a 40 por mês). Por fim, comentou que as reclamações sobre o péssimo atendimento ocorreram devido à fusão entre as duas operadoras de planos de saúde. Contudo, ressaltou que, por ser a maior empresa do Brasil no segmento, ela se adapta rapidamente às demandas por melhorias, tendo, inclusive, criado um grupo de trabalho especial para o atendimento à SPTrans, que se reúne a cada dois meses.

Aditivos Contratuais com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e Uso de Recursos Próprios (Atas 38 e 40): Os senhores conselheiros solicitaram explicações sobre as alterações de valor no contrato de gestão com a SMT. O **Sr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** explicou a engenharia financeira do ano: o repasse recebido da Prefeitura foi de **R\$ 430 milhões**, mas houve o congelamento de **R\$ 110 milhões** no orçamento, e a entrada extra de **R\$ 53 milhões** em créditos. Para fechar as contas dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA), a necessidade foi ajustada para **R\$ 47 milhões**. Para cobrir os gastos finais, após negociações na Junta Orçamentário-Financeira (JOF), foi autorizada a utilização de recursos do caixa próprio da SPTrans, além da injeção de cerca de **R\$ 11 milhões** provenientes das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

6.2. Atas das Reuniões do Conselho de Administração (ConsAd)

Apuramento do Índice de Qualidade do Transporte (IQT): O **Sr. Enzo Lucio Ondeí** indagou sobre a metodologia do IQT, questionando se ela possuía viés técnico ou de pesquisa de satisfação. O **Sr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** e o **Sr. Antonio Filho** detalharam que o índice cruza as pesquisas anuais de satisfação com os dados do sistema de monitoramento. Contudo, o **Sr. Sebastião Pereira Ramos** informou que a apuração do IQT se encontra temporariamente suspensa devido aos esforços de instalação do novo Sistema de Monitoramento de Gestão Operacional (SMGO), mas comprometeu-se a estruturar uma apresentação para explicar a métrica em uma futura reunião.

Adesão às Normas de Sustentabilidade IFRS: O **Sr. Enzo Lucio Ondeí** questionou a implementação não obrigatória das normas de sustentabilidade (IFRS S1 e S2). O **Sr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** relatou que um plano de trabalho ponderando os prós e contras de aderir ao padrão está em elaboração e será submetido à deliberação do ConsAd no mês de fevereiro de 2026.

6.3. Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

O **Sr. Antonio Filho** informou que a apreciação da Ata do Comitê de Auditoria

Estatutário referente ao mês de novembro seria suspensa da pauta por pendência de assinaturas dos senhores membros do CAE e apresentada na reunião subsequente.

6.4. Folha e Pagamento e Movimentação de Pessoal

Aprovação e Ausência de Questionamentos: Sobre a Folha de Pagamento, os conselheiros declararam não possuir questionamentos.

6.5. Licitações e Contratos Novos e Encerrados

Aprovação e Ausência de Questionamentos: Sobre as Licitações e Contratos Novos e Encerrados, os conselheiros declararam não possuir questionamentos.

6.6. Relatório da Ouvidoria (outubro/2025)

Falta de Evolução no Leiaute e Necessidade de Relatório Integrado: A **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** apontou a disparidade nos números apresentados no relatório: apenas 10 denúncias contra 47 elogios, o que considerou irreal frente ao volume operacional da SPTrans. O **Sr. Enzo Lucio Ondeí** criticou a ausência das modificações de leiaute solicitadas há meses, enfatizando que analisar frações isoladas das reclamações (sem os dados do 156 ou do Poder Judiciário) não possui utilidade analítica. Ambos reforçaram a extrema urgência na criação de um "Relatório Integrado da Ouvidoria". Os membros do Conselho Fiscal solicitaram que as recomendações de melhorias no relatório mensal de ouvidoria realizadas por eles em reuniões passadas sejam analisadas e implementadas em nova versão do relatório, uma vez que, na visão do CF, o relatório atual apresenta falhas em sua estrutura e forma de apresentação.

Independência do Canal de Denúncias do CAE: O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** questionou se o Canal de Denúncias direcionado ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) atendia aos requisitos da *Lei 13.303/2016* quanto à independência (recebimento direto sem triagem prévia). O **Sr. Sebastião Pereira Ramos** admitiu que o canal não é 100% autônomo, pois as denúncias muitas vezes entram pelos canais mistos (156, e-mail) e sofrem uma triagem prévia por parte da **Sra. Jesuína Florêncio** e da **Sra. Irene Campos** (membros da Auditoria Interna), que filtram o que é matéria de corrupção ou fraude para enviar ao CAE. Afirmou que há um projeto em andamento com o Jurídico para aprimorar e garantir essa independência de forma normativa.

Convocação de Responsáveis: Diante das dúvidas, foi aprovada a convocação da auditora chefe, **Sra. Jesuína Florêncio**, e da técnica de processos administrativos, **Sra. Irene Campos**, para a próxima reunião, visando prestar esclarecimentos sobre o fluxo do Canal de Denúncias.

7. Outros Assuntos de Interesse da Companhia

7.1. Exposição das Propostas de Datas para o Calendário de Reuniões de 2026 e Solicitação de Sugestões

Alteração do Dia da Semana: A **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** solicitou formalmente a alteração do dia base das reuniões do Conselho Fiscal, que historicamente ocorriam às segundas-feiras, devido a conflitos com as reuniões quinzenais de sua secretaria. O **Sr. Enzo Lucio Ondeí** endossou a mudança e sugeriu que o agendamento mirasse sempre os dias finais do mês, garantindo

tempo hábil para a produção dos relatórios. E, por fim, o pedido do **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues**, sobre a possibilidade de não haver reuniões às quartas e quintas-feiras.

Adequação Estratégica às Terças-feiras: O **Sr. Antonio Filho** projetou as datas e comprovou a viabilidade de transferir as reuniões ordinárias para as terças-feiras, cuidando estritamente para não conflitar com as reuniões do ConsAd e do CAE, ficando o mais próximo possível do final de cada mês. Comprometeu-se a enviar a minuta do calendário anual aos conselheiros.

Concluída a pauta e não havendo mais considerações, o Secretário, **Sr. Antonio Filho**, declarou a reunião encerrada às onze horas e vinte minutos.

PONTOS CONSIGNADOS EM ATA

Necessidade de um Relatório Integrado da Ouvidoria: O **Sr. Enzo Lucio Ondei** e a **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** solicitaram que **fique consignado em ata** a ineficiência analítica do formato atual do relatório da Ouvidoria e a imperativa necessidade de desenvolvimento de um "Relatório Integrado", que consolide todas as portas de entrada de manifestações (Ouvidoria, Canal 156, Judiciário e Operacional).

Convite Formal aos Responsáveis pelo Canal de Denúncias: O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** solicitou que **fique consignado em ata** o convite e convocação oficial da auditora chefe (**Sra. Jesuína**) e da representante técnica (**Sra. Irene**) para a próxima reunião, com a finalidade de detalhar os fluxos de triagem e garantir a conformidade legal da independência do Canal de Denúncias direcionado ao CAE.

PENDÊNCIAS PARA AS PRÓXIMAS REUNIÕES

Apresentação do Demonstrativo de Passivos Contingentes:

Exemplificação: O Departamento Jurídico e a Gerência Contábil deverão apresentar um relatório que explique o aumento expressivo de **R\$ 74 milhões** (saltando de **R\$ 411 milhões** para **R\$ 485 milhões**) na provisão de Passivos Contingentes do exercício, detalhando quais ações judiciais impactaram a referida rubrica, conforme apontamento do **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues**.

Para quando deverá ser apresentado: Em reunião ordinária estipulada para os meses de janeiro ou fevereiro de 2026.

Apresentação e Dinâmica do Índice de Qualidade do Transporte (IQT):

Exemplificação: A área técnica responsável deverá formular uma apresentação panorâmica explicativa sobre o IQT e os motivos reais de sua atual suspensão temporária atrelada ao SMGO.

Para quando deverá ser apresentado: Em data a ser definida no primeiro semestre de 2026.

Resgate de Histórico de Solicitações de Melhoria da Ouvidoria:

Exemplificação: O **Sr. Antonio Filho** comprometeu-se a resgatar nas atas anteriores todas as solicitações de alteração de leiaute já efetuadas pelos Conselheiros Fiscais ao Relatório de Ouvidoria, a fim de consolidar as exigências em um único documento.

Para quando deverá ser apresentado: Na próxima reunião ordinária de janeiro de 2026.

Envio do Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal 2026:

Exemplificação: O **Sr. Antonio Filho** deverá formular e enviar aos *e-mails* dos conselheiros uma minuta com as propostas de datas de reuniões ordinárias para o ano de 2026, com datas recaindo às terças-feiras no final de cada mês.

Para quando deverá ser apresentado: Previamente à próxima reunião de janeiro de 2026.



Adolfo Cascudo Rodrigues
Conselheiro(a) Fiscal

Em 13/05/2026, às 10:39.



Enzo Lúcio Ondei
Conselheiro(a) Fiscal

Em 14/05/2026, às 09:18.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **157312193** e o código CRC **8C5224E0**.
